



**LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS:
POBREZA E ASSISTÊNCIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO BRASILEIRO
(1940-1960)**

Julia Sabino Baldessar – UNESC - sabinobaldessar@gmail.com
Taiana de Oliveira– UNESC - odtaiana@gmail.com
Marina Schneider– UNESC - msshis@outlook.com
Ismael Gonçalves Alves– UNESC - iga@unesc.net

1 INTRODUÇÃO

Durante o governo varguista a família foi elevada ao status de fundamento físico e moral da sociedade brasileira, cabendo ao governo estabelecer uma série de ações e valores que visassem protegê-la dos diversos males fomentados pelo liberalismo exacerbado da Primeira República. Essa preocupação com a família se justificava, de acordo com os artífices do regime, pois o Brasil vinha sofrendo um processo paulatino de despovoamento e degeneração moral que o impedia de equiparar-se às grandes nações industrializadas (HOCHMAN, 2005:136). Para alcançar tal objetivo, era necessário fomentar as taxas de natalidade do país e, ao mesmo tempo, criar mecanismos sociais que garantissem o pleno desenvolvimento das crianças brasileiras até a fase adulta, quando se transformariam em braços laboriosos para o engrandecimento econômico e moral da nação. Neste encaixo, o governo Vargas implementou uma série de ações assistenciais direcionadas às camadas mais pobres da população através da Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada no ano de 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas.

Instituída pelo Decreto-Lei nº 4830 de 15 de outubro de 1942, a LBA foi pensada, sobretudo, para auxiliar os combatentes e seus familiares durante a Segunda Grande Guerra na provisão de alimentos, tratamentos de saúde, remédios e etc. Obedecendo a um processo de feminilização da filantropia, ancorado a um discurso de gênero difundido pela literatura romântica e médico-científica (MARTINS, 2015:21), as legionárias da LBA dedicavam-se principalmente aos trabalhos relacionados à defesa passiva: eram socorristas, enfermeiras, arrecadadoras de provisões, faziam o atendimento às crianças pobres, trabalhos de costura, entre outros (LBA, 1943). Através desse *front* interno de batalha, o governo Vargas firmava um compromisso benevolente com seus combatentes: o de cuidar do bem-estar daqueles que estavam a ofertar tudo de si pela pátria.

Sediada na cidade do Rio de Janeiro e com instalações em todo o país, rapidamente a LBA passou de assistência aos combatentes para assistência em âmbito geral, voltada principalmente sobre as mães e famílias pobres. Propositamente, a Legião Brasileira de Assistência tinha um perfil feminino, ancorada a uma ideologia de gênero que relaciona as mulheres aos trabalhos domésticos e de cuidados, características presumidamente particulares da natureza feminina. Deste modo, a LBA era administrada, em cada cidade, pela primeira-dama municipal e contava com um corpo assistencial formado majoritariamente por mulheres.

Esta pesquisa valeu-se de um processo investigativo sobre a história da assistência na Era Vargas, compreendendo políticas públicas de saúde e assistência destinadas às camadas populares urbanas. As políticas assistenciais no contexto do capitalismo industrial são entendidas como um dos pilares garantidores da reprodução da mão de obra operária e, neste sentido, a pesquisa buscou analisar os discursos assistenciais relativos à maternidade e à infância contidos em periódicos impressos no território nacional que destacavam as ações implementadas e geridas pela LBA, entre as décadas de 1940-1960.

3 METODOLOGIA

O processo metodológico deu-se através da revisão bibliográfica, pesquisa de periódicos compreendidos no período de 1940 a 1960 no banco de dados da Hemeroteca Digital Brasileira, bem como no Arquivo do Estado de Santa Catarina, discutidos sob orientação quinzenal. Foram coletadas 204 páginas de periódicos, subsequentemente catalogadas por ano, nome da publicação, assunto e *hiperlink* para o acesso no banco de dados da Hemeroteca Digital Brasileira. Este material foi armazenado através de computação em nuvem, com o intuito de compor um banco de dados para futuras referências e pesquisas do Grupo de Pesquisa História Econômica e Social de Santa Catarina e, mais especificamente, da linha de História da Assistência e da Saúde da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as ações assistenciais de competência da LBA destacavam-se a realização de inquéritos sobre a situação da infância e maternidade em todo o país, divulgação e orientação da opinião pública acerca dos problemas materno-infantis, estimular e orientar a organização de estabelecimentos estaduais, municipais e particulares de assistência, zelar pela formação e difusão dos conhecimentos de puericultura, e fiscalizar em todo o território nacional as atividades que tivessem por objetivos a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Esse projeto assistencial tinha por objetivo mobilizar e envolver a sociedade brasileira em um plano nacional para salvaguardar as crianças e a maternidade desvalida, transformando cada uma das cidadãs e cidadãos em signatários de um contrato social que visava modificar e melhorar a população a partir da infância. Os trabalhos desenvolvidos pela LBA faziam parte

de um projeto moralizador que buscava alinhar as camadas pobres urbanas às novas exigências do mundo burguês.

A presença de Darcy Vargas nos periódicos analisados é constante, sua pessoa sempre associada ao esposo Getúlio Vargas e às ações da LBA. A revista *Vida Doméstica*, de circulação no Rio de Janeiro em 1951, no artigo intitulado “A Sra. Darcy Vargas na Presidência da L.B.A.” comemora o retorno de Darcy Vargas à direção da instituição:

Nos países bem organizados a assistência social toma, dia a dia, um relêvo expressivo. No passado govêrno do Sr. Getúlio Vargas, compreendendo notadamente o valor dêsses problemas, a Sra. Darcy Vargas, fêz-se inestimável colaboradora de seu eminente esposo. A sua ação – ninguém regateou-lhe os justos aplausos – foi magnífica. [...] Seguiram-se as manifestações de regozizo por êsse advento feliz, que conduz a bondosa senhora àquele pôsto que, as suas virtudes, mais do que sua posição social, a conduziram. [sic]

As voluntárias da LBA faziam parte de um círculo muito estreito de relações de poder, sendo em grande parte oriundas das camadas médias e das elites políticas locais. No artigo da revista, porém, a posição de primeira-dama de Darcy Vargas não era compreendida como o que a qualificava ao trabalho assistencial, mas sim as suas virtudes, como a bondade. Tinha-se incorporado na figura da primeira-dama o ideal de mulher voluntária associado à LBA, que estava relacionado aos ditames da norma burguesa. Darcy Vargas – esposa, mãe, mulher abnegada – demonstrava em sua imagem o princípio difundido pela instituição, perpassado pelos preceitos do Higienismo. Segundo Margareth Rago este discurso médico conduz a mulher ao território da vida doméstica através do instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade:

“[...] para ela [a mulher] o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família.” (RAGO, 1997:75)

A função da primeira-dama e das voluntárias da LBA se desdobrava na esfera pública, porém em uma espécie de “maternidade social” em que normas de gênero relacionadas às mulheres como a maternidade, o cuidado com a família e o ambiente doméstico – tradicionalmente restritos à esfera privada do lar – deveriam ser reproduzidas na sociedade, de forma a auxiliar o Estado brasileiro na empreitada da industrialização e equiparação às potências do primeiro mundo. No citado artigo da revista *Vida Doméstica*, é possível perceber como este dever social das mulheres para com o país é reforçado conforme menciona-se a posição de destaque da assistência social.

No artigo de *Flan: O Jornal da Semana* de 1953, de circulação na cidade do Rio de Janeiro, temos uma detalhada descrição da função social das mulheres na compreensão da época, encarnado na figura da Sra. Ermelino Matarazzo. Intitulado “A Visitadora Voluntária da L.B.A.”, o artigo indica que:

Essa senhora elegante, bela e bafejada pela fortuna, apesar de ter filhos para cuidar e educar, deveria ter algum tempo livre em seu dia. Soubemos então que o grande “hobby” da Sra. Ermelino Matarazzo é ser visitadora voluntária da L.B.A., trabalhando com a Sra. Dona Darcy Vargas, nessa árdua tarefa da visitação, a fim de controlar as solicitações feitas aos serviços de assistência social da Legião Brasileira de Assistência. E as visitas são sem distinção de endereço ou bairro. E a Sra. Matarazzo conta as privações que já encontrou por esse Rio a dentro, nos morros, nas favelas, nos subúrbios, até no Estado do Rio. [sic]

A Sra. Ermelino Matarazzo permaneceu escondida por trás de seu marido, seu nome próprio não é referenciado. Novamente, emerge do discurso jornalístico o ideário da norma burguesa que pressupõe uma família nuclear em que a mulher está conformada ao ambiente privado do lar. Apesar do percurso na esfera pública que a Sra. Ermelino Matarazzo realizava enquanto visitadora, a matéria assegura que esta função ocorria com a aprovação e sob a tutela de seu marido, na medida em que sua identidade é inteiramente atrelada à sua relação conjugal. Da mesma forma, podemos observar como esta tutela masculina se expressava na própria organização da LBA, uma vez que o estatuto da instituição estabelecia que os cargos de chefia deveriam ser ocupados por homens. Segundo Barbosa (2017:61), embora a função de presidente da entidade ficasse sob o encargo da primeira-dama, Darcy Vargas, “o Art. 6º do Estatuto consolidou a participação do empresariado na estrutura da instituição” estabelecendo que a Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência deveria possuir homens como presidente, secretário e tesoureiro geral. Dessa forma, como pontua a autora, estes “arranjos corporativos” limitaram a participação feminina, garantindo a atuação masculina nos cargos elevados, o que se confirma nos relatórios anuais da LBA.

No mais, o que também subentende-se que motivava à Sra. Ermelino Matarazzo a desenvolver a atividade de voluntária era o entendimento de que ela deveria estender suas virtudes de esposa e mãe para o serviço em favor das populações pobres. Segundo Aldáiza Sposati:

O modelo conservador trata o Estado como uma grande família, na qual as esposas de governantes, as primeiras-damas, é que cuidam dos “coitados”. É o paradigma do não direito, da reiteração da subalternidade, assentado no modelo de Estado patrimonial [...]. Neste modelo, a assistência social é entendida como espaço de reconhecimento dos necessitados, e não de necessidades sociais. (Sposati, 2001:76).

Essas mulheres provindas das elites como a Sra. Dona Darcy Vargas, sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto e a Sra. Ermelino Matarazzo estavam massivamente presentes nas folhas dos periódicos e compunham uma espécie de vitrine da Legião Brasileira de Assistência que convocava novas voluntárias, sempre evocando a introjeção de tradicionais normas de gênero.

Para a LBA a identidade feminina era indissociável da maternidade e, conseqüentemente, do matrimônio e a família. Uma mulher em plenas condições psicossomáticas não poderia escapar deste mandato biológico (ALVES, 2014:142). A atuação da LBA, assume em seu trato o âmbito da moral privada, numa lógica conservadora da assistência social em sua versão filantrópica que, ao esvaziar-se do caráter espiritual existente

na caridade, deslocou seu foco para o bem comum, o progresso moral e social, reforçando seu vínculo com as novas sociabilidades urbanas demandadas pela configuração econômica do país (FREIRE, 2008:158). No entanto, o projeto assistencial da LBA não visava a emancipação dos sujeitos atendidos, mantendo um elo de dependência entre beneficiários e benfeitores.

Em publicação na revista *Vida Doméstica*, no ano de 1956, Lásinha Luís Carlos elaborou uma eloquente crônica em que chama a atenção para “As Mães Esquecidas”, título do texto:

[No Dia das Mães] esquecemos a imensa legião das mães aflitas, de peitos magros, onde o leite não brota por falta de alimento, as mães de olhos fundos, pisados pelas desditas, as que vêm fugir a vida a seus rebentos por falta de recursos... [...] Essas são as mães por quem devemos olhar, não apenas no Dia das Mães, mas em todos os dias, lembrando-nos de que elas existem, aos milhares, afundadas no sofrimento, esmagadas pelo pesar, pela imensa mágoa de não poder assegurar aos filhos a vida que lhes deram! [...] Mas, onde estão essas mães? Como fazer, para ajudá-las? Onde ir descobri-las? [...] Há duas maneiras de se fazer a caridade: diretamente, beneficiando-se criaturas que conhecemos ou através de instituições protetoras, para que se auxiliem pessoas desconhecidas. Quanto a essas instituições, convém escolher as que nos mereçam mais confiança. Entre elas está [...] a Legião Brasileira de Assistência, há os donativos <<in memoriam>> e outros, mas tudo isso é pouco para cobrir aquêlê mar de necessidades, aquêlê oceano de angústias em que se debatem as mães pobres da cidade! [sic]

Estas mães, que escapavam à norma burguesa, aos preceitos do higienismo e da puericultura – minuciosamente difundidos pela LBA – eram vistas como sujeitos passíveis de intervenção da caridade à qual a moral cristã impele a ação das pessoas de bem, sensibilizadas pela situação destes rebentos e suas respectivas mães. No discurso da crônica, o grande problema é de ordem moral e não social, uma vez que os necessitados são reconhecidos e as maneiras de lhes auxiliarem são elencadas, porém esta ação não visa a emancipação das camadas pobres.

5 CONCLUSÃO

As ações e convocações da Legião Brasileira de Assistência visavam transformar as mulheres, no âmbito nacional, em peças proficientes à nação. Atrelada a um discurso de gênero pautado no sexo biológico, a LBA garantia que as legionárias atuassem em prol da pátria sem correr riscos irreparáveis a longo prazo, portanto assegurou que as mulheres não se aventurassem longe do que seria seu encargo natural: o cuidado. Se no período anterior à Guerra as mulheres eram as principais responsáveis pela diligência do lar e dos filhos, do mesmo modo, no contexto hostil da Segunda Grande Guerra, essas atribuições foram alargadas: o lar passou a ser todo o território nacional e os filhos, portanto, o povo brasileiro.

Não é possível, no entanto, julgar as legionárias da LBA como senhoras e senhoritas maleáveis ou inteiramente submissas. Através da participação na Legião Brasileira de Assistência, as mulheres conquistaram espaços de atuação social e política, uma vez que participavam de reuniões e eventos de deliberações políticas. Podemos arriscar dizer,

inclusive, que as ações da LBA possibilitaram a ampliação da liberdade individual de muitas mulheres.

6 FONTES

BRASIL. **Decreto-Lei n° 4830 de 15 de outubro de 1942**. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências.

Vida Doméstica. **A Sra. Darcy Vargas na Presidência da L.B.A.**. Rio de Janeiro, Março de 1951. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/116408/62078>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

Flan: O Jornal da Semana. **A Visitadora Voluntária da L.B.A.**. Rio de Janeiro, 11 e 16 de maio de 1953. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/100331/157>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

Lásinha Luís Carlos. **As Mães Esquecidas**. Rio de Janeiro, Maio de 1956. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830305/56477>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

Legião Brasileira de Assistência. **Relatório de Exercício de 1943**. Florianópolis, s/d.

Legião Brasileira de Assistência. **Relatório de Exercício de 1944**. Florianópolis, 1954.

7 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. UFPR, 2017.

ALVES, Ismael Gonçalves Alves. **(Re)construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960)**. Tese de Doutorado apresentada ao PGHIS da Universidade Federal do Paraná. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

CASTEL, Robert. **As transformações da Questão Social**. In: Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920**. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos. v.15, suplemento. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. p.153-171.

HOCHMAN, Gilberto. **Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)**. In: Educar. N 25. Curitiba: UFPR, 2005. p. 127-141.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **Estado, Filantropia e Assistência**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

_____. A feminilização da filantropia. **Revista de Gênero**. Niterói. v.15 n.2 p. 13 – 28.

1.sem.2015.

MOURO, Helena. **Sistemas e modelos de protecção social: da caridade à assistência.** In: Revista Interações. Nº.5. Coimbra: ISMT, 2003. p. 131-159.

RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão:** pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado apresentada ao PPGE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil.** In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, v.22, n.68, p. 54-82, nov. 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História oral.** 2a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M; BORDO, Susan. (orgs.) **Gênero, corpo, conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.